

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 5 DE NOVEMBRO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério
— Quielse Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE S

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli —
Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes —
Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério —
Francisco Escorsin

SUPLENTE S

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Ba-
raniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE S

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin —
Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE S

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebas-
tião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE S

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — An-
tonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni.

SUPLENTE S

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P.
Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE S

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielse Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin
— Gilberto Carvalho

SUPLENTE S

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —
Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE S

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.)
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE S

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr.
— Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélío Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE S

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quiel-
se Crisostomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE S

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —
Domicio Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

RESOLUÇÃO N.º 40-73

DATA: — 19 de outubro de 1973.

SÚMULA — Aprova os Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Cascavel, Curitiba, Congonhinhas, Dois Vizinhos, São Miguel do Iguaçu, Palmital e Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e os Municípios de Cascavel, Curitiba, Congonhinhas, Dois Vizinhos, Palmital, São Miguel do Iguaçu e Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL, e de verbas dos referidos Municípios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de outubro de 1973.

João Mansur — Presidente

RESOLUÇÃO N.º 42-73

DATA: — 11 de outubro de 1973

SÚMULA: — Aprova o Acordo n.º 05-73, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência da Região Sul — SUDESUL, objetivando a dinamização do Fundo de Água e Esgotos — FAE, do Estado do Paraná, por meio da participação financeira daquela Superintendência.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica aprovado o termo do Acordo n.º 05-73, celebrado em 22 de junho de 1973, entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a dinamização do Fundo de Água e Esgotos — FAE, do Estado do Paraná por meio da participação financeira daquela Superintendência.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11.10.73.

João Mansur — Presidente

RESOLUÇÃO N.º 44-73

DATA: — 27 de setembro de 1973

SÚMULA: — Aprova os Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o Ministério de Educação e Cultura, este, através do Instituto Nacional de Livro e do Departamento de Educação Física e Desportos, visando aquisição de Livros e cumprimento de programas de Educação Física.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios e Termo Aditivo celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura e o Ministério da Educação e Cultura, pelos órgãos a seguir especificados:

a) — Ministério da Educação e Cultura — Instituto Nacional do Livro — e Secretaria da Educação e Cultura, em 03.08.71, e respectivo Termo Aditivo, em 09.11.71, visando à execução do Programa Nacional de Livro Didático, no Estado do Paraná, bem como a dotar o aluno do curso primário dos livros necessários a melhor rendimento escolar;

b) — Ministério da Educação e Cultura — Departamento de Educação Física e Desportos — e a Secretaria da Educação e Cultura, através do seu Departamento de Educação Física e Desportos, em 08.03.72 e 18.05.72, em Brasília, para aplicação de recursos de acordo com o projeto, orçamento, cronograma e especificações, aprovados pelo Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura;

c) — Ministério da Educação e Cultura — Departamento do Ensino Médio e a Secretaria da Educação e Cultura, através do Conselho de Educação de Estado, em 26.06.72, em Brasília, objetivando a prestação de assistência técnica e financeira, pelo primeiro, ao Sistema de Educação do Estado do Paraná;

d) — Ministério da Educação e Cultura — Departamento de Educação Física e Desportos — e a Secretaria da Educação e Cultura e os clubes: União Capão Raso Futebol Clube, Clube Atlético Paissandu, Vila Fany Futebol Clube, Esporte Clube Pinheiros, Vasco da Gama Futebol Clube e Sociedade Recreativa Esportiva Bangu, objetivando aplicação de recursos na ampliação e ou recuperação das respectivas instalações desportivas e;

e) — Ministério da Educação e Cultura — Secretaria Geral Programa Nacional da Carta Escolar, — e a Secretaria da Educação e Cultura, em 13.07.72, objetivando a estabelecer o regime de cooperação mútua na execução do Projeto Prioritário do Programa Nacional da Carta Escolar.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27.9.73.

João Mansur — Presidente

RESOLUÇÃO N.º 45-73

DATA: — 19 de outubro de 1973.

SÚMULA: — Aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e o FUNDEPAR e o MOBRL.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura e os seguintes órgãos: Fundação Educacional do Paraná — FUNDEPAR objetivando a aplicação dos recursos do Salário Educação — Quota Estadual de 1971 e 1972, destinados ao ensino primário do Estado do Paraná; Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRL, objetivando a implantação de Programa de Educação Integrada, através da ação conjunto do MOBRL e da SECRETARIA, para suprir, a nível das 4 primeiras séries de ensino de 1.º grau, as necessidades dos evadidos da escola ou des-

providos de escolarização adequada, em caráter de suplência e em dinâmica acelerada.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19.10.73.

João Mansur — Presidente

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 213.ª Sessão (Extraordinária)

Realizada em 5 de novembro de 1973 — (Segunda-feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Olavo Ferreira e Domício Scaramella.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Jorge Sato — Muggiati Filho — Antônio Belinati — Borsari Neto — Domício Scaramella — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Haroldo Bianchi — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — Leopoldo Jacomet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Odilon Reinhardt — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Antônio Costa — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho — Igo Losso — João Fadel — Paulo Poli — Quíelse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior e Xenofonte Villanueva. (31); achando-se ausentes os Srs. Deputados David Federmann — Alvaro Dias — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Emílio Carrazai — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Ivo Rocha — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Paulo Camargo — Wilson Brandão e Wilson Fortes. (16).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 31 Srs. Deputados.

VOTAÇÃO EM DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 227-73, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 217-72, de autoria do Dep. Muggiati Filho, que dá nova redação ao item 11, do Parágrafo Único, do Artigo 56, da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, Lei Orgânica do Imposto sobre Circulação de Mercadorias — I.C.M. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Em regime de Urgência.

O SR. IRIS CALDART — (Pela Ordem). Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere. O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Responderam a chamada 17 Srs. Deputados. Não há; quorum para votação.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 6, às 14,00 hrs, com a mesma Ordem do Dia de hoje.

Levanta-se a Sessão.

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 214.ª Sessão Ordinária

Realizada em 5 de novembro de 1973 — (Segunda-feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, Hélio Manfrinato, Aginaldo Pereira Lima, Antônio Belinati, Antônio Costa, Arizone Araújo, Arthur de Souza, Borsari Neto, Domício Scaramella, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gilberto Carvalho, Haroldo Bianchi, Igo Losso, Iris Caldart, Ivo Thomazoni, João Fadel, Leopoldo Jacomet, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Ovidio Franzoni, Paulo Poli, Quíelse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Sebastião Rodrigues Júnior e Xenofonte Villanueva (31); achando-se ausentes os Srs. Deputados: David Federmann, Alvaro Dias, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Basílio Zanusso, Emílio Carrazai, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Ivo Rocha, Lázaro Dumont, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Paulo Camargo, Wilson Brandão e Wilson Fortes (16).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

EMENDA:

EMENDA

Emenda ao Projeto de Lei n.º 190-73

Inclua-se no artigo 1.º, após Serventuários da Justiça do Estado do Paraná, o seguinte:

"funcionários civis e militares do Poder Executivo e do Poder Legislativo".

Sala das Sessões, em 5 de novembro de 1973.

(a) Erondy Silvério

REQUERIMENTOS:**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ciência e aprovação do Plenário, um voto de pesar pelo falecimento do senhor Onildo Achi Castelli, ocorrido no dia 2 próximo passado, na cidade de União da Vitória.

Pessoa largamente relacionada e estimada naquele Município, deixa o Senhor Onildo Castelli, com seu passamento, uma lacuna difícil de ser preenchida no rol dos homens que ajudaram o progresso de União da Vitória.

Requer, outrossim, seja dada ciência, à família enlutada, do teor deste Requerimento.

Sala das Sessões, em 5 de novembro de 1973.

(a) **Domicio Scaramella**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o abaixo subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, vem requerer à Casa, após ciência e aprovação do Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Ermínio Mozzer, ocorrido no último dia 3, na cidade de Porto Vitória.

Pessoa largamente relacionada e bem quista por todos que o conheceram, Ermínio Mozzer, que exercia a atividade de comerciante, deixa, com o seu passamento, uma lacuna impossível de ser preenchida na relação dos homens, que, pelo seu pioneiríssimo, trabalho e amor à terra, ajudaram no progresso da Região.

À família enlutada, solicita, outrossim, seja dada ciência do teor deste Requerimento.

Sala das Sessões, em 5 de novembro de 1973.

(a) **Domicio Scaramella**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhada solicitação do Exmo. Senhor Governador do Estado do Paraná, no sentido de que seja incluído no plano de obras para 1974, o Projeto para a ligação do "Trevo atual da Rodovia BR-376 — Pr-13 com a futura Rodovia Maringá-Santo Inácio".

JUSTIFICATIVA:

A ligação rodoviária que é agora solicitada trará inúmeros benefícios para toda a Região, tendo em vista que irá facilitar o escoamento do intenso tráfego que se verifica naquele trevo.

Sala das Sessões, em 5 de novembro de 1973.

(a) **Jorge Sato**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhada solicitação ao Exmo. Senhor Governador do Estado, no sentido de que seja determinada a construção de um viaduto no trevo onde se cruzam as Rodovias PR-13 e BR-376.

JUSTIFICATIVA:

O trevo que serve de cruzamento entre as rodovias mencionadas já é conhecido na Região como "trevo da morte" em virtude do número cada vez maior de acidentes fatais que vem ocorrendo. A construção de um viaduto em tal cruzamento viria dar condições de segurança a todos aqueles que se utilizam daquelas Rodovias colocando um ponto final no índice alarmante de acidentes. Além dessa finalidade, que nos parece mais importante, tal viaduto possibilitará o escoamento do intenso tráfego que ali se verifica.

Sala das Sessões, em 5 de novembro de 1973.

(a) **Jorge Sato**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, solicita de Vossa Excelência que após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente nos termos abaixo, à Fundação Universidade Estadual de Londrina e à Comissão Organizadora do 1.º Congresso Brasileiro de Criminologia.

A Assembléia Legislativa do Paraná congratula-se com a Universidade Estadual de Londrina e com a Comissão Organizadora do 1.º Congresso Brasileiro de Criminologia, na pessoa dos Doutores Ascêncio Garcia Lopes, Heber Soares Vargas e Eros Gradowski, pelo significativo êxito alcançado pelo Conclave, assim como pelos resultados obtidos através de magníficas teses apresentadas pelos criminologistas participantes, notadamente dos paranaenses, o que nos coloca no mesmo nível das grandes culturas internacionais no assunto.

Sala das Sessões, em 5 de novembro de 1973.

(a) **Olavo Ferreira**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário.

REQUER, o envio de expediente ao Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, Dr. Paulo Procopiack Aguiar, no sentido de tomar providências imediatas, determinando a feitura de duas ou três lombadas na estrada asfáltica que liga Antonina a Morretes, nas proximidades da "Curva da Morte".

Não desejamos entrar no mérito de ser ou não permitido lombadas em estradas pavimentadas.

Ontem, quando estivemos na cidade de Morretes nossa atenção foi chamada para um grave acidente, (o 34.º ocorrido no mesmo local, com 6 mortes), que verificou-se na famosa "Curva da Morte".

Fomos até o local e constatamos que, quando a estrada foi construída, houve um clamoroso erro da firma empreiteira e consequentemente do D.E.R., pois existe uma reta (de Antonina em demanda a Morretes), aproximadamente de dois quilômetros, que termina violentamente numa curva de 90 graus.

É verdade que existem duas placas alertando a existência de "curva perigosa", que infelizmente não são observadas, às vezes pelo fato que cresce abundantemente no litoral.

Quem viaja à noite naquele trecho, está correndo um risco de 75% de ser acidentado, pois a impressão que se tem é de que a estrada continua,

pelo fato de existir uma estrada secundária, com iluminação pública, tendo-se a impressão nítida de que é o acesso a Morretes.

Para corroborar essa nossa afirmativa, anexamos a este, duas fotos que ilustram o estado em que ficou a casa situada naquela curva, com o acidente ocorrido no último sábado, no qual perderam a vida duas pessoas, bem como a informação que obtivemos, de que os proprietários da referida casa a abandonaram há mais de um ano por temerem os constantes acidentes que ali se verificam.

Sala das Sessões, em 5 de novembro de 1973.

(a) **Nelson Buffara**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Casa.

R E Q U E R :

1.º — seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, Engenheiro Euro Brandão, solicitando-lhe haja por bem determinar realização de estudos visando a implantação de pavimentação asfáltica ligando a cidade de Campo Tenente-Pr., a BR-116.

2.º — seja, desta decisão, encaminhada cópia de inteiro teor ao Exmo. Sr. Governador do Estado, para conhecimento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 5 de novembro de 1973

(a) **João Fadel**

JUSTIFICATIVA:

A implantação asfáltica ligando a cidade e município de Campo Tenente a BR-116, é medida que se impõe por seu alto significado econômico para aquela Região, eis que o escoamento da produção agrícola e de indústria madeireira vem sendo feito por estrada de leito com revestimento primário, o que a torna intransitável em estações chuvosas e acarreta, naturalmente, aumento de custo de frete pelo elevado dispêndio na manutenção dos veículos. Além do mais, o trecho cujo asfaltamento se pretende é relativamente pequeno — cerca de 12 quilômetros —, e os trabalhos serão relativamente facilitados porque não haverá necessidade de correção do traçado. Acresce, ainda, que asfaltado o acesso, Campo Tenente ficará ligado a Rio Negro em percurso que poderá ser feito inteiramente sobre asfalto, facilitando o escoamento da produção também daquela cidade e dando uma opção para os transportes, que poderão escolher o caminho Rio Negro-Campo Tenente-Lapa e daí a Curitiba, diminuindo em muito a quilometragem a percorrer.

A providência agora encarecida ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes é reivindicação antiga e justa da população de Campo Tenente e certamente encontrará receptividade favorável para que o problema seja equacionado conciliando assim os interesses da administração pública com os dos moradores de toda aquela região.

Os Nobres Deputados, certamente concordarão com a oportunidade desta iniciativa e darão à mesma seu honroso e indispensável apoio.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Esta Presidência tem a grata satisfação de anunciar a presença do Sr. Gabriel de Oliveira Silva, Prefeito Municipal de Munhoz de Mello.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O nosso propósito é trazer ao conhecimento desta Casa uma das falhas mais clamorosas em termos de pista asfáltica, que é de responsabilidade de empreiteiros do DER.

Os Srs. Deputados devem conhecer essa estrada, principalmente o Deputado que tem maior prestígio político na Região, que é o Sr. Deputado Borsari Neto, no trecho entre Antonina e Morretes.

Refirimo-nos à "curva da morte" como é conhecida essa curva em Morretes, distante uns 600 metros de Morretes. Qualquer motorista, por mais cauteloso que seja, viajando à noite, fatalmente irá se acidentar naquele local. Existe uma reta de aproximadamente 2 quilômetros, ao chegar a Morretes. Por mais que existam — e existem duas placas indicativas, dizendo "curva perigosa" — esses acidentes se repetem, porque os motoristas tem a impressão nítida de que a estrada prossegue, parecendo uma estrada secundária de acesso a Morretes. Isso faz com que os motoristas que demoram de Antonina a Morretes, ao entrarem naquela curva de 90 graus — onde existe uma casa que por 34 vezes, em dois anos, passem os Srs. Deputados, foi abalroada, tanto é que os moradores dessa casa já a abandonaram, porque ela não oferece o menor sinal de segurança para seus proprietários — se acidentem.

A título de ilustração, trouxe duas fotografias que vou encaminhar junto com o Requerimento, a fim de que o Diretor do DER, possa optar por uma das duas teses que vamos dar aqui desta Tribuna: ou a desapropriação da casa, ou se entender que essa desapropriação deve ocorrer por conta do Município, ou se o DER acha razoável que existam lombadas na pista asfáltica.

Mas se isso não for feito, novas vidas serão ceifadas, como a desses dois moços, um dos quais filho de um grande amigo meu, que se dirigiam de Antonina a Curitiba, às 230 da madrugada de ontem. Perceberam que a estrada terminava nessa "curva da morte", como chamam os morretenses e quando quis fazer a curva, de 90º naquele local, não teve condições e foi de encontro à casa. Morreram dois rapazes, um de 21 anos e outro de 22 anos. É a sexta morte verificada naquele local este ano.

O nosso apelo ao Dr. Paulo Aguiar é no sentido de que construa duas outras lombadas. É preferível que o motorista faça um galo na cabeça quando passa por uma lombada, mas não venha a perder sua vida a duzentos metros.

A desapropriação é um pouco problemática porque existe uma ponte de custo elevado. Se não for possível fazer a desapropriação que se construíam duas ou três lombadas antes de chegar a Morretes. Assim o motorista poderá perceber que alguma coisa está para vir. Passa pela primeira, pela segunda, pela terceira e não vai perder sua vida. Já ocorreram naquele local trinta e quatro acidentes em menos de dois anos.

O Requerimento é vasado em termos, mais ou menos, idênticos aos que dissemos desta Tribuna. O nosso receio, se isto que estamos sugerindo não for feito, é que outras mortes possam ocorrer por incuria do DER e da empreiteira que construiu aquela estrada. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Olavo Ferreira.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por designação do Sr. Presidente desta Casa, estivemos representando os Srs. Deputados no 1.º Congresso Brasileiro de Criminologia, realizado na última semana do mês de outubro na cidade de Londrina.

O Congresso foi além das expectativas, pois a Comissão organizadora esperava que nesse Congresso estivessem inscritos seiscentos, oitocentos ou novecentos participantes dada a importância dos assuntos que seriam abordados. Entretanto, perto de um mil e seiscentos congressistas estiveram reunidos na cidade de Londrina, com a participação das maiores autoridades no assunto de criminologia, não só brasileiras como internacionais.

Queríamos, de público, fazer dois registros. O primeiro pela cobertura ampla feita pelas Televisões do Norte do Paraná TV-Coroados e TV-Tibagi, assim como de todos os jornais paranaenses, principalmente da "Folha de Londrina", onde foram registradas todas as palestras, todas as teses e as conclusões gerais apresentadas nos últimos dias do Congresso.

O que desejamos também, nesta oportunidade, que ficasse anotado nos Anais desta Casa, foi, a colaboração que o Professor e Deputado Haroldo Bianchi prestou a este Congresso pela sua inteligência, pela sua cultura e pelo brilhantismo da apresentação da sua tese; ele deu uma demonstração de que, ao lado dos demais homens intelectuais no assunto do Paraná, também ele, também esta Assembléia, além de se fazer representar com a nossa presença, apenas como um assistente, teve também uma participação mais ativa, mais efetiva, através do Deputado e Professor Haroldo Bianchi, apresentando um trabalho que a todos impressionou.

Sr. Presidente, então, nesta oportunidade, estes dois registros, e, não poderíamos deixar de apresentar um Requerimento em que nós "nos congratulamos com a Universidade Estadual de Londrina e com a Comissão Organizadora deste I Congresso, nas pessoas dos Doutores Ascêncio Garcia Lopes, Heber Soares Vargas e Eros Gradowski pelo êxito alcançado no Conclave, assim como pelos resultados obtidos através de magníficas teses apresentadas pelos criminologistas participantes, notadamente dos paranaenses, o que nos coloca no mesmo nível das grandes culturas intelectuais, no assunto.

Sala das Sessões, em 5 de novembro de 1.973.

Assinado: OLAVO FERREIRA". — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): Sensibilizou a Nação brasileira o pronunciamento do Presidente General Emilio Garrastazu Médici, divulgado na data de 30 de outubro, comemorativo ao 4.º aniversário de seu Governo. As medidas no campo previdenciário, a defesa do meio-ambiente e em especial o PROAGRO representam passos na senda do progresso brasileiro.

Ocupa a minha atenção neste instante, apenas o tópico referente ao Seguro Rural, cuja mensagem acaba de ser enviada ao Congresso Nacional, por Sua Excelência o Sr. Presidente.

Registram, os Anais desta Assembléia Legislativa, acontecimentos dramáticos, apelos veementes, pronunciamentos vibrantes de inúmeros Srs. Deputados que, em épocas pretéritas realizaram estudos com vistas à implantação dos seguros dos bens de plantação e pecuária, a exemplo do já existente em São Paulo; somam-se, as do Governo Emilio Médici, agora com a sua mensagem enviada ao Congresso Nacional e também por que não dizer, o esforço do Sr. Governador Emilio Gomes, que em suas diretrizes de ação prevê o estudo de implantação do mesmo, colocando-o como uma das metas básicas da sua administração.

O PROAGRO, concebido em linhas de estrutura descoloridas de qualquer sofisticação e dotado de maleabilidade, constitui-se, no meu entender, de uma alavanca poderosa para socorrer a fome que manifesta ameaçadoramente suas asas negras não só sobre o Brasil, mas, sobre vários continentes. A garantia de um amparo nos momentos cruciais fará o produtor sentir-se mais seguro de si e mais certo de que o seu suor, o seu trabalho não serão em vão. Simboliza ele, e significa, o fim daquela época em que o desânimo apoderava-se de coletividades, provocando o êxodo para uma vida aventureira nos centros urbanos ou levava empresas agrícolas para a falência em vista de calamidades.

O PRORURAL, atendeu o trabalhador com aposentadoria-pensão e assistência à saúde. A PROAGRO vem ao encontro do produtor para assegurar sua atividade contra as intempéries e pragas. A agricultura, atividade por excelência, sujeita ao risco, recebe agora o socorro.

Somem-se a esta medida-impacto, a política dos preços mínimos, o acesso aos créditos vantajosos, a isenção do imposto de renda às empresas agro-pecuárias, o incentivo na exportação e o controle na produção dos insumos, e sentiremos que o Governo, efetivamente, deseja resolver os problemas internos do abastecimento e colaborar no campo internacional para minorar as ameaças que a FAO vem alertando.

Iria mais longe a minha afirmativa, se afirmasse que o Projeto ultrapassa os limites geográficos de nossa Pátria e vai até os confins da terra, nessa época em que a humanidade ressurte-se de proteínas e os mais rudimentares alimentos, chegando ao espantoso limiar de busca de solução ao subsolo, buscando proteínas nas reservas petrolíferas conforme anuncia a imprensa mundial. Dar segurança ao produtor é dar alimento. PROAGRO é o primeiro passo nesta luta em prol da produção. Anuncia o Presidente medidas que não somente respeitam a produção, mas também a produtividade, fruto de pesquisa e aplicação da técnica, em insumos. Embora não tenha anunciado, nem proposto nada em concreto neste setor, confiamos em sua palavra empenhada que são um ótimo aval para a nossa convicção. Aduzaria, nesta oportunidade, a preocupação que existe no plano do Governo Estadual Diretrizes de Ação, norma da administração investe com energia para a pesquisa, através do IAPAR e com coragem avança para a produção de sementes por intermédio da Café do Paraná.

Essa investida para a produtividade é uma batalha que se desfralda em várias frentes e registramos na mesma oportunidade em que o Chefe da Nação desfere a luta em prol de nossa agro-pecuária, porquanto vejo identidade de propósitos e meta comum para a grande guerra contra a fome. Vejo nos propósitos dos responsáveis pelos destinos da Pátria a preocupação com a sorte de todos os brasileiros, bem assim com os irmãos do globo. Ao registrar em Ata a presente manifestação deste humilde Deputado do interior que viveu verdadeiros dramas, onde as calamidades climáticas causaram pânico e desestímulo, sente-se feliz e eufórico com esta medida que representa um grande avanço em nossa agricultura.

Creio que o PROAGRO constituir-se-á em fonte geradora de produção

e tranquilidade para o homem do campo de quem tantos defendem mas com quem tão poucos se preocupam".

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, declino do uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE — Tendo o Deputado Antonio Belinati declinado da palavra concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Haroldo Bianchi.

O SR. HAROLDO BIANCHI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em primeiro lugar os meus sinceros agradecimentos ao nobre Deputado Olavo Ferreira, que acaba de fazer um pronunciamento em termos de relatório, do Primeiro Congresso Brasileiro de Criminologia.

Na qualidade de membro da Comissão Executiva do Primeiro Congresso Brasileiro de Criminologia e membro também da Comissão que representou esta Casa naquele Congresso e ainda, como coordenador do assunto, ou do tema "Comunicação e Criminologia", cumpre-me o dever de fazer um breve relato daquele nobre e augusto Conclave.

Realizou-se em Londrina, de 21 a 27 de outubro do ano em curso; desnecessário se faz, sem dúvida fazer apologia do Congresso já realizado; a imprensa paranaense como também a imprensa nacional e internacional, deu plena e total cobertura a todos os relatos realizados naquele conclave, que teve repercussão em todos os setores da criminologia mundial.

A razão de ser do meu pronunciamento na Tribuna desta Casa de Leis, prende-se ao dever de prestar as justas homenagens e mais sinceros agradecimentos a todos quantos participaram e colaboraram para o sucesso de tão memorável conclave.

Aos organizadores representados pela figura do Professor Dr. Ayush Morad Amar, Superintendente do Instituto Oscar Freire da Secretaria de Interior e Justiça de São Paulo, Prof. de Medicina Legal da Universidade de São Paulo e portador de inúmeros outros títulos de sua especialidade, também a pessoa do Prof. Dr. Eber Soares Vargas, psicólogo e professor de várias Faculdades da Universidade Estadual de Londrina, Secretário do Primeiro Congresso Brasileiro de Criminologia.

Ainda o Prof. Moacyr Martins, prof. de Medicina Legal e de Medicina do Trabalho de várias Faculdades, daquela Universidade; do Prof. Nilton Bussi, Professor de Justiça e Professor da Faculdade de Direito; da Dra. Armanda Bergame Miotto, da Universidade de Goiás e assessora de S. Excia. o Sr. Ministro da Justiça, Buzaid; do Dr. José Nilton do Amaral Professor de Medicina legal de Tupal e Superintendente da Peritenciária de Wenceslau de São Paulo; do emérito Professor paranaense, Líder profissional e administrador de nossa Capital, Dr. Eros do Nascimento Gradowski. Do Dr. Juarez Tavares, também paranaense de nossa cidade, Antonio Zapala, Professor na Califórnia, brasileiro lá radicado há vários anos, lecionando Anatomia, na Universidade.

Todas essas figuras exponenciais no setor de Medicina Legal, Criminologia, Sociologia, Psiquiatria e Psicologia, imbuídas do mesmo sentimento, com um só objetivo de solucionar o episódio crime, este fator social de desajustamento.

O Dr. Waldemar Mariz de Oliveira, Secretário de Justiça de São Paulo, com sua presença deu maior brilho a todas as reuniões do Congresso.

Ainda o Conclave contou com o brilhantismo de pessoas da administração do Paraná, eminentes Professores e outras tantas autoridades, dentre eles o Dr. Otávio Cesário Pereira, Secretário do Interior e Justiça, representando S. Exa. o Governador Emilio Hoffmann Gomes; Dr. Antonio Lopes Noronha, Diretor da Polícia Civil do Estado, representando o Secretário de Segurança Pública; Dr. Ernany Simas Alves, Professor de Medicina Legal e Diretor do Instituto Médico Legal de nosso Estado; Dr. Raul Rezende Filho; Dr. Eduardo Mário de Camargo, Dr. Luiz Chemim Guimarães, todos das Instituições Penais e Manicômio Judiciário de nosso Estado.

Para que conste nos Anais de nossa Casa de Leis merece referencia especial a imprensa paranaense que se portou em todo o Conclave com garbo, proporcionando à Nação toda a possibilidade de acompanhar todas as conclusões, os relatos das teses apresentadas.

Foi exaustivo o trabalho feito pela imprensa, não só escrita, mas também radiofônica e televisada. A todos estes bravos homens da imprensa, o nosso preito de gratidão.

Foram responsáveis pelo êxito total do 1.º Congresso Brasileiro de Criminologia...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa que o orador dispõe de apenas mais um minuto para terminar seu relato.

O SR. HAROLDO BIANCHI — ... as figuras nacionais e internacionais de destaque, que vamos referir:

Dr. Archer Tongue, da Inglaterra; Dr. Joe Tupin, dos Estados Unidos, Dr. Guido Belsasso, do México; Dr. Isaac Germano Karniol, de São Paulo; Dr. J. Romildo Bueno, da Guanabara; Dr. Marwin Wolfgang, dos Estados Unidos, que fez um pronunciamento de verdadeira coragem; Dr. Dionisio Torres, do Paraguai; Dr. Francisco Canestri, da Venezuela, Secretário da Sociedade Internacional de Criminologia; Dr. Gerard Muller, dos Estados Unidos; Dr. Alfonso de Q. Cuaron, do México; Dr. Antonio Berinstein, da Espanha, Dr. Gunther Kaiser, da Alemanha, Dr. Mario Altenfelder, da Guanabara, Dra. Zuleika Sucupira, de São Paulo, que se fez representar por seu assessor.

O Congresso Srs. Deputados, teve êxito total. O nobre Deputado Olavo Ferreira já fez as referencias necessárias, mas não poderíamos deixar de fazer este breve pronunciamento para que não passasse, pela Casa, despercebida a notícia de que membro desta Casa foi coordenador de referido Congresso.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrado o Pequeno Expediente.

Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, primeiro orador inscrito.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, desejamos fazer um breve comentário acerca das palavras do nobre Líder do Governo, Deputado Ivo Thomazoni, e também acerca da fala presidencial comemorativa do 4.º aniversário do Governo de S. Exa. Presidente Emilio Garrastazu Médici.

Entre as proposições que S. Exa. o Sr. Presidente da República, enviou ao Congresso, encontra-se uma nova tentativa de se reeditar o seguro agrícola em nossa terra. Tentativa válida, necessária mesmo, porque virá dar ao agricultor nacional uma cobertura que ele muito necessita. Entretanto é preciso que se lembre que a mensagem remetida ao Congresso não é a primeira, não é uma iniciativa pioneira — o que não lhe tira, indiscutivelmente, o valor. E se ressaltar este aspecto é pela necessidade de que o exame da matéria seja feito dentro de um critério de realidade. Porque a primeira tentativa nesse sentido — Companhia Nacional de Seguro Agrícola — foi mal sucedida, não conseguiu cumprir com seus compromissos e teve que ser abandonada. E já vejo nesse novo projeto que disciplina o PROAGRO uma lacuna que poderá ser sanada pelo Congresso Nacional se o Executivo não insistir, como tem procedido, que as mensagens remetidas ao Congresso sejam aprovadas sem quaisquer Emendas, sem observações dos srs. Deputados que, na maioria das vezes, possuem conhecimento da matéria, seja por si mesmos, seja por ouvirem entidades de classe, e poderiam contribuir muito para melhoria do projeto. Por exemplo, o PROAGRO exige que essa comprovação seja feita através de um laudo de técnico. Pergunto: que técnico fará esse laudo no caso da destruição de determinada safra, quando sabemos que no Interior do País, e mesmo no Interior do Paraná, por exemplo, poucos técnicos existem, não veremos como possa o Governo, sem lançar mão de uma estrutura do Banco do Brasil, proceder a comprovação do sinistro. E mesmo um aspecto a ser considerado, difícil de se lançar mão da estrutura do Banco do Brasil sem quebrar quase um critério já consagrado na teoria do Direito. Porque o Banco do Brasil se beneficiará da comprovação do sinistro que se destinará à indenização ao Banco do Brasil dos financiamentos concedidos aos agricultores que tiveram prejuízo com suas safras; é um aspecto sério, de difícil solução, mas que deve ser considerado dentro da apreciação da matéria pelo Congresso Nacional para que o PROAGRO uma vez transformado em lei, possa ser exequível, possa produzir, na prática os efeitos que se pretende com sua remessa ao Congresso Nacional.

O sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Antes que V. Exa. passe para outro ângulo do seu pronunciamento, quero lembrar a V. Exa. que o Sr. Presidente da República realmente afirmou que é uma nova tentativa que o Governo Federal faz no campo do seguro agrícola. Quanto às dificuldades que V. Exa. vislumbrou, de como o órgão técnico deve agir num sinistro, está delineado de que o próprio órgão creditício teria a seu cargo essa medida e emissão de lucro, pra ressarcir os prejuízos. Por esta razão, considero também básica a iniciativa presidencial.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR — Eu, em absoluto, não me oponho à iniciativa presidencial. Exalto as elevadas finalidades dela porque tive longo período de minha vida funcional no Banco do Brasil ligada à agricultura e já tive oportunidade, inclusive, juntamente com V. Exa. de me manifestar nesta Casa, pleiteando uma forma de seguro que amparasse a agricultura brasileira.

O que não quero, é que exista ainda nesta terra mais uma lei sem possibilidade de realização. O desejo é que o Sr. Presidente da República abra possibilidade ao Congresso de emendar a lei, levando a palavra de V. Exa., levando a experiência dos representantes das áreas rurais do Paraná e das áreas rurais de outros Estados da Federação, para que de fato o projeto sob todos os aspectos, se transforme numa lei que atenda, realmente, os nobres objetivos do Governo. O que desejamos é isso, porque estamos conscientes de que o Congresso Nacional, composto por homens que representam Estados cuja economia é essencialmente agrícola, terão muito a oferecer para o aprimoramento da mensagem que, repito, é louvável sob todos os aspectos.

O sr. Ivo Thomazoni — Agradeço a V. Exa. a oportunidade que me dá de dialogar sobre assunto de importância transcendente. Parece-me que o Governo da República tem um exemplo onde poderá buscar recursos fabulosos para o aperfeiçoamento desse instrumento legal. São Paulo vem adotando há alguns anos o seguro agrícola, para cobrir prejuízos causados por algumas intempéries, seguro agrícola contra geadas, granizos, etc., com resultados excelentes. O Rio Grande do Sul mais recentemente, copiando a legislação do Estado paulista também está se havendo com certa justeza no ressarcimento desses prejuízos. Quero crer, srs. Deputados que o Congresso Nacional terá oportunidade de aperfeiçoar o Projeto. Deus queira que os representantes do povo tenha essa oportunidade. Naturalmente não será um projeto em que terá o Sr. Presidente da República de invocar dispositivos constitucionais e dar um prazo fatal para isso. Existe já uma perspectiva de que ele admite o diálogo, desde que naturalmente exista possibilidade de aperfeiçoamento desse Projeto.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR — Concorro plenamente com V. Exa., porque no Congresso Nacional, ultimamente, parece que tem sido objetivo do Governo, ao encaminhar as mensagens, pedir sua aprovação "in totum", negando a aprovação de Emendas que, na maioria das vezes, pode atrasar a tramitação do processo, mas, em assunto dessa natureza poderiam contribuir para que a lei votada traduzisse melhor ainda o propósito governamental. Trata-se de um documento da maior importância e por isto mesmo, deve ser cuidadosamente apreciado para que resulte, de sua aprovação, uma situação "de fato" para os aflitivos problemas dos agricultores brasileiros neste setor.

Feita esta introdução, apenas me traz à Tribuna um breve comentário acerca de pronunciamentos passados meus sobre a situação do trigo e do soja no Estado do Paraná, acerca de um Requerimento que fiz a S. Exa. o Sr. Presidente da Cacex, pedindo que os armazéns das Cooperativas fossem desocupados do soja contingenciado a fim de receber a nova safra de trigo.

Recebi a propósito da maioria da imprensa, que teve sempre suas portas abertas para assunto de interesse real, manifestações e elementos novos de algumas Cooperativas do interior do Paraná. Entre esses documentos, destaco a correspondência da Cooperativa Agrícola Mista Palotina Ltda. capeando dados e elementos sérios sobre a safra tritícola daquela Região. Todos sabem que Palotina produz trigo e soja em grande quantidade ocupando um dos primeiros lugares entre os Municípios paranaenses. Em matéria de soja acredito que seja o maior produtor do Estado do Paraná.

Os dados intitulados "Aspectos Gerais Sobre a Safra de Trigo de 73", envolve aspectos os mais sérios os quais, por certo, o Governo do Estado desejará se entrear de todos estes documentos que traz observações acerca do problema de escoamento da safra do soja que se avizinha e que parece ultrapassará a grandiosa safra do ano passado.

Refere-se a Cooperativa ao problema de escoamento em razão do estado geral das estradas e mesmo em virtude do problema de transporte rela-

vamente à quantidade de caminhões. Trata, também a Cooperativa da necessidade urgente, a que me referi em pronunciamento passado, da desocupação dos armazéns do soja contingenciado a fim de que possa receber o trigo e preparar a sua secagem porque o cereal tem apresentado elevado teor de umidade.

E um documento dos mais sérios, com algumas estatísticas de grande importância, proveniente de um órgão de economia de Nosso Estado que pode ser considerado, eis que é uma das Cooperativas mais sérias do Oeste paranaense.

Por esta razão já tive oportunidade de encaminhar esse documento à alta Direção do Banco do Brasil e inclusive à Cacex e gostaria que, nesta ocasião, chegasse o mesmo às mãos de S. Exa. o Sr. Governador do Estado, através do nobre líder do Governo nesta Casa, Deputado Ivo Thomazoni.

Trata-se de um documento oportuno porque se refere a uma previsão de safra que se avizinha, e os problemas nela ressaltados poderão ser em grande parte melhorados com a contribuição e com a boa vontade da Cacex do Governo Estadual; boa vontade que nós todos sabemos que não há de faltar, porque o assunto é do maior interesse para a economia do Paraná.

O sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, V. Exa. tanto quanto eu e quero crer todos os Deputados desta Casa, tem recebido, ultimamente, incursões de diferentes comissões, interessadas na alteração do Decreto Federal 210, aquele que estabelece normas para o abastecimento do trigo, sua industrialização, sua comercialização, além de dar todas as providências relativas ao processo de aquisição e vendas.

Mas, Sr. Deputado, nos últimos dias da semana passada o Sr. Governador do Estado discutiu comigo aspectos do problema.

Veja V. Exa. o problema que vive o Paraná, hoje, principalmente a Região representada por nós, que é o Sudoeste do Paraná e o Oeste paranaense também, onde estão sediados inúmeros — e por que não dizer — centenas de moinhos coloniais, aqueles que desenvolvem a atividade sem o respaldo da SUNAB, sem a autorização dos órgãos governamentais. Quando se analisam os dados referentes às quotas anuais de moagem, deferidas aos 4 Estados mais meridionais, nós verificamos que o Paraná, infelizmente, está vergonhosamente mal colocado nesta distribuição de quotas. Se por um lado Santa Catarina tem uma população inferior a 3.000.000 de habitantes e dispõe de mais de 140.000 toneladas de quotas para moagem, o Paraná, com quase 7.000.000 de habitantes, tem uma quota inferior a 130.000 toneladas.

Quando se pretende alteração do Decreto 210 para que se defira ao Paraná maior quota de moagem de trigo, nós agora deparamos com um problema que, para mim, é de difícil solução, e coloca também o sr. Governador do Estado diante de uma opção difícil para ele:

Por um lado, o Sindicato da Indústria do Trigo, no Estado do Paraná, pretendeu que o aumento da quota seja retido entre os moinhos legalizados e já com quota disponível e que dizem que têm uma disponibilidade ociosa de máquinas e pessoal; por outro lado, o problema que tem mais um aspecto social, e que se pretende deferir quotas, por menores que sejam, aos moinhos coloniais, conferindo-se-lhes também a condição de moinhos em condições de comercialização do produto, está o Governo do Estado, porque pretende entrar na luta em favor do Paraná, que, seria o aumento da sua quota de moagem de trigo.

Todavia, ainda sem se ater a quem deferir, no caso, se ao Sindicato da Indústria do Trigo do Estado do Paraná que afirma ter capacidade ociosa para moagem, ou, se resolver o problema social dos moinhos coloniais.

Gostaria de conhecer os pontos de vista de V. Exa., para que eu possa somar aos meus que eu ainda, com honestidade, confesso, não o fixei.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR — V. Exa. aborda um aspecto a que eu dou a maior importância e, sem falsa modéstia, poderia dizer a V. Exa., tenho algum conhecimento desta matéria de fixação de quotas de trigo porque integrei a Comissão no Rio de Janeiro, que estudou o assunto inicialmente em 1963. As conclusões resultaram na Instrução 210 de 1967. Foi o setor dentro do qual eu iniciei a minha carreira de funcionário do Banco do Brasil.

Na verdade, o critério inicial dividiu o País em zonas, atendendo ao aspecto de consumo sobretudo. E o Paraná naquela época era um Estado que não possuía um índice populacional e portanto não tinha necessidade de consumo de hoje. Santa Catarina já era um Estado de população mais solidificada e naquela oportunidade ela fazia quase que jus ao critério de quotas que ainda hoje lhe é atribuída, porque o seu consumo era verdadeiramente aquele que não concorria, repito uma vez mais, com o Paraná. Então atentou o Governo para o aspecto do consumo e, secundariamente capacidade de moagem e também fonte de produção. O tempo passou, e o Paraná nestes últimos anos, experimentou o crescimento sobretudo demográfico que todos nós temos conhecimento. Então a Lei por instrução ficou, vamos dizer assim, um pouco superada, tendo necessidade de sofrer uma adaptação, e no caso do Paraná ainda com maior justiça. Não só porque o Paraná hoje tem condições de consumo, mas tem condições de produção para satisfazer o seu próprio consumo. Então seria justo que o trigo de produção paranaense fosse moído aqui mesmo, pelo menos até o limite de atender o seu consumo. Porque o que estamos vendo é que a nossa produção, tendo em vista a limitação de quotas dos moinhos paranaenses, sai para outro Estado e volta para o consumo do Paraná. O que é uma injustiça. Estamos dando ICM a outros Estados, quando deveríamos estar dando ICM ao nosso próprio Estado, ainda mais que é com um produto nosso. Mas vou avançar o raciocínio para V. Exa., que o critério me parece, que cada zona desta moagem possui de fato uma capacidade ociosa muito grande, e quando esta capacidade de moagem atinge a 65%, a legislação permite que novos moinhos se instalem no Estado. Ora, nós viemos a tomar parte de uma zona que tem em São Paulo. Veja V. Exa. o problema. Nós viemos a fazer parte de uma zona que tem em S. Paulo. Então, tem a nossa produção que é moída em São Paulo, o retorno aqui. E na exata medida que nós pretendemos aumentar as nossas quotas, vamos colidir com os interesses dos moinhos paulistas que na sua maioria se constituem de grupos estrangeiros de grande poder dentro deste País, enquanto os moinhos paranaenses são na sua maioria, monhos pequenos e de grupos nacionais. Então, aborda V. Exa. um aspecto: Ou o aumento de quotas redistribuídas aos moinhos, ou o problema dos moinhos coloniais na maioria das vezes, instalados nas zonas de produção. Creio que a luta deve ser desdobrada, se o Governo do Estado tiver a coragem, eu digo a coragem, porque é preciso coragem para enfrentar os grupos econômicos que ultimamente nós não temos visto, e isso não terá porque parece que se opor a grupos econômicos sobretudo a grupos econômicos estrangeiros, é uma atitude de subversão.

Nós gostaríamos de ver o Sr. Governador comprar esta batalha, mas ele

teria de desdobrá-la. Porque se S. Exa. quizer ao mesmo tempo, reivindicar o aumento das quotas paraenses que é justo, já destinando-as, haverá problemas porque ele enfrentará também uma luta no campo interno. Ou os moinhos coloniais, ou os moinhos que possuem quotas. Então, S. Exa. deveria primeiro, reivindicar tão somente o aumento de quotas para o Paraná que é justo e que é de direito, deixando para distribuir estas quotas após vencida a batalha da sua conquista. Este é o meu ponto de vista. Acredito mais, que os moinhos coloniais poderiam nesta redistribuição de quotas, receber pequenas quotas, porque eles estão numa zona de produção. Veja V. Exa., a moagem para eles é fácil. E a distribuição em Região do Estado como o Sudoeste do Paraná, como o Oeste paraense, poderia indiscutivelmente ser feita por estes moinhos. É o meu ponto de vista sobre a matéria.

O sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte. (Assentimento). Vou apresentar a V. Exa. um número que estremece. O Paraná tem hoje uma capacidade de consumo de 240 mil toneladas e só possui 131 mil toneladas de quotas.

V. Exa. disse que o Paraná está qualificado na 7.a Região, com São Paulo. É a maior injustiça que se comete ao Paraná, quando Santa Catarina está na 8.a Região, juntamente com o Estado do Rio Grande do Sul. Pretendem os grandes moageiros, e daí V. Exa. falou bem, da política econômica que está ainda nas mãos do paulista, argumentar que a 7.a Região confronta com as quotas que a 8.a Região tem. Mas esquecem de dizer que São Paulo, tem 1.258.000 toneladas de quotas de moagem, quando o Paraná só tem 131 mil toneladas. O trigo do Paraná vai a São Paulo, como trigo em grão, volta ao Paraná como trigo beneficiado e ainda o que é pior, com o ICM cobrado em São Paulo; pago em São Paulo, e ficamos nós com as migalhas da diferença. Mas há o aspecto político a se resolver e de difícil solução.

Dizem os moinhos aqueles com capacidade de quota ociosa de 63,5%, que uma possível alteração do decreto 210, deve conferir a eles este aumento de quotas. Estamos vendo, principalmente na nossa Região, nós não temos sequer dois moinhos com quotas; um só sediado em Pato Branco e que toda capacidade de moagem é industrializada em massa e em produtos que vão para a industrialização. Ficamos na Região produtora sem um moinho sequer para a industrialização e uso para o consumo da nossa produção. Há um aspecto difícil de se resolver: Como pretender induzir cerca de 60 proprietários de moinhos coloniais a cerrarem suas portas? E o capital investido? E a mão de obra? Tudo o que ali se aplicou em termos de pretender-se apoiar ou estimular uma indústria básica para a nossa Região? É este o drama que vive hoje o Governo do Estado do Paraná. Só que vai lutar, isto já se fixou; todavia na distribuição se deseja saber como proceder para que não se injustice ou que não se deixe injustiçar uma faixa da nossa população. Veja V. Exa. que problema quando o Governo pretende tomar uma atitude firme.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — O Governo pode conciliar estes dois aspectos. Tendo um aumento de quotas, haverá praticamente o que eu reputo mais justo que é dar ao Paraná que produz, pelo menos o direito de moer o trigo, de acordo com as necessidades do seu consumo. Haverá de se dobrar as quotas paraenses. Mais 120 quotas para a moagem, poderá ser distribuída parte aos moinhos e parte aos moinhos coloniais que passarão a se organizar em termos dos outros moinhos, pagando ICM e contribuindo para economia do Estado do Paraná, em vez de contribuir para a economia do Estado de São Paulo.

Pela quantidade de aumento de quotas haverá possibilidade de se contentar a todos, inclusive os moinhos coloniais e são 19, estes que compõem o Sindicato dos Moinhos de Trigo.

Acho que as 120 mil toneladas a mais permitirão ao Governo uma distribuição que atenda aos anseios de todo o mundo. O que precisamos é deste aumento de quotas porque o que produzimos fica 80% para lá e 20% para cá. Porque o Governo não estabelece uma quota para a produção de automóveis em cada Estado, para que o ICM do automóvel, na base do consumo, fique no Paraná? Quando consumimos automóveis aqui, o ICM vai para São Paulo e quando consumimos trigo que produzimos aqui, o ICM vai também para lá. Desta forma estamos trabalhando para a economia paulista.

Disse-me uma figura de grande expressão do atual Governo do Estado que o Paraná tem tido prejuízos sérios por se recusar a brigar. É disto que precisamos, brigar neste momento para que o Paraná tenha o que é de inteira justiça. Estamos pagando ICM para São Paulo sobre o que produzimos e consumimos.

Estamos naquela celebrê estória do flautista da banda do Oriente, que tinha prejuízo sempre que a banda ia tocar, quer o governante que convocava a banda ficasse satisfeito ou não. É uma estória muito elucidativa para a situação do Paraná, creio que todos a conhecem e desnecessário seria que a relatasse aqui da Tribuna.

Resumindo, digo que o Paraná tem direito à quota indiscutivelmente. Esta quota, pelo seu volume e aumento, poderá contemplar a todos. Uma parcela aos 19 moinhos que já possuem quota de moagem no Estado e uma parcela para os moinhos coloniais, atendendo não só o aspecto social mas também o aspecto econômico regional. Este critério do passeio do trigo entre os Estados, não há necessidade que haja entre as regiões. O trigo produzido no Sudoeste, num consumo diário pelos padeiros, poderia ficar na Região, em moinhos locais que possuem condições de moagem para atender as necessidades locais.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Parece que a questão política não tem outra alternativa senão fazer coro com o Governo do Estado, com os moinhos coloniais e com o Sindicato da Indústria de trigo no Estado do Paraná, no sentido de que se altere os artigos 12 e 13 do Decreto 210, principalmente o artigo 13 que é objetivo quando afirma que fica proibida expressamente a concessão de autorização para a instalação de novos moinhos e aumento das capacidades já existentes e registradas ou àquelas que vierem a ser afixadas após a revisão prevista no artigo 15 e observada nas normas do artigo 16. Com o artigo 12, coitados dos moinhos coloniais porque neste entende-se por moinhos, para efeitos do Decreto-Lei, a unidade moageira detentora de registro na SUAB com capacidade de moagem reconhecida por aquele órgão e que possua atividade econômica industrial autônoma aplicada na industrialização do trigo em grão. Se não conseguirmos sensibilizar o Governo da República para que haja realmente uma reformulação no Decreto Lei 210, coitado do Paraná e coitada de nossa Região que está a assistir o fechamento de inúmeros moinhos que para a economia regional também representam muito em termos de arrecadação e atendimento direto.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JR. — A lei não deve ser estática, e não o é, ensino o direito.

A instrução baixada há anos atrás deve ser adaptada aos dias de hoje e o bom senso do legislador deve prevalecer para que esta finalidade seja atingida. Estes moinhos coloniais, recebendo quotas, deixarão de ser moinhos coloniais e serão reconhecidos e contemplados com pequenas quotas. Porque o problema dos moinhos coloniais era o de que eles dificultavam a previsão da safra e do consumo, porque o trigo era adquirido pelo Governo Federal. Então, a distribuição por moinhos coloniais não registrados impedia o Governo saber, na verdade, qual era a safra nacional. Então, vamos reconhecer, vamos legalizar esses moinhos, excluindo, é evidente aqueles que hoje pretendem esse reconhecimento mas que venderam suas quotas para moinhos de São Paulo e que hoje pretendem, através do reconhecimento dos moinhos coloniais, serem contemplados outra vez quando eles, traído a economia paraense, venderam suas quotas para moinhos de São Paulo, operação essa válida dentro de uma mesma Região.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. vê como a falta de sentido paranaense prejudicou a todos. Só em Francisco Beltrão, quatro moinhos que detinham quotas reconhecidas, homologadas, pela SUNAB, pelas autoridades federais, venderam suas quotas para fora do Paraná, causando com isso prejuízo enorme para nossa economia.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Esperamos que o Governo Federal quando tratar da distribuição das novas quotas, atente para este aspecto que é de justiça. Vamos reconhecer os moinhos coloniais e distribuir algumas quotas a eles.

A respondendo a inquirição de V. Exa., é esse o meu ponto de vista sobre a matéria. E acho que todos aqueles que a considerarem seriamente não poderão ter outro. Tenho visto, na imprensa, que todos os pensamentos, todas as opiniões coincidem porque nascem de elementos estatísticos que ninguém tem o direito de por em dúvida. Não é porém um fenômeno isolado, o Paraná vem sendo insistentemente prejudicado em vários aspectos de sua economia por critério como este que tivemos a oportunidade de debater neste momento. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador incrito, Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Após ter ocupado esta Tribuna meu brilhante colega Sebastião Rodrigues Júnior, abordando um assunto relativo à política econômica do Estado, aqui nos encontramos, Sr. Presidente, para abordar um episódio político propriamente dito, visto que nos dois assuntos que pretendemos tratar, em nenhum deles se trata de matéria doutrinária, mas sim de episódio político. Parece-nos que com a proximidade do pleito legislativo de 74, muitas definições, algumas boas e outras más, está surgindo já, principalmente para quem tem por objetivo primordial a elevação de conceito do Poder Legislativo. Primeiramente, desejamos uma referência à visita que fez ao Paraná, na qualidade de antecandidato a Presidente da República, o Deputado Federal Ulisses Guimarães. Esteve S. Exa. em nosso Estado dos dias 3 e 4 próximo passado. Chegou a Londrina, acompanhado pelo Deputado Federal Aldo Fagundes, Líder do MDB na Câmara dos Deputados e ainda pelos Deputados Alencar Furtado e Fernando Lira. A Bancada paraense do MDB na Assembléia Legislativa também lá se encontrava, como se encontravam também diversas lideranças de pontos distantes do Estado, como por exemplo a representação de Toledo, a representação de Ponta Grossa, Maringá, Porecatu e outros Municípios.

Uma notícia veiculada por um dos órgãos de TV desta Capital, além de fazer referências irônicas a respeito desse patriota que na sua missão em busca da democracia e em busca de uma verdadeira República para nosso País, conta não só com toda a pujança do seu Partido, mas também com o resacreditamos nós, fruto de um equívoco do reporter autor dessa redação, que peito e a admiração de toda a classe política brasileira. Então, veiculou-se, e S. Exa. o Deputado Ulisses Guimarães teria passado por Londrina, e ali chegado sem que ninguém o fosse receber, e teria dessa mesma forma realizado a sua visita ao Município de Francisco Alves, onde até, num verdadeiro desrespeito à pessoa humana, o referido reporter atribuiu a Ulisses Guimarães uma frase mais ou menos assim redigida: "eu trocaria minha candidatura pela Fazenda do Abud".

Para nós do Movimento Democrático Brasileiro, que temos colocado em risco até muitas vezes o nosso mandato, principalmente na esfera federal, na Câmara dos Deputados e no Senado da República, em defesa da liberdade da imprensa, e esse é um dos pontos programáticos do MDB que haremos de perseverar, como sempre preservamos, na defesa do habeas corpus e na restauração democrática do País. A notícia é chocante porque não admitimos, nem por obra do mais ferrenho adversário do MDB, que se desnature com a verdade e se faça ironia em torno de uma figura venerada da República.

A recepção que Ulisses Guimarães teve em Londrina, numa manhã de sábado, às oito horas, logo após dois feriados, está registrada no jornal "A Folha de Londrina" e traz tudo o que, realmente, aconteceu e o que, realmente, S. Exa. disse à imprensa.

Já, às 8 horas da manhã, em Londrina, diversas comitivas do interior se encontravam no Aeroporto. A concentração que o MDB realizou em Londrina, se não foi uma reunião de grande movimentação popular, face, principalmente, a impropriedade do horário noturno, de vez que a concentração foi realizada no Clube Literário de Londrina, serviu para os objetivos do Movimento Democrático Brasileiro que era o de reunir suas lideranças e, através do rádio, jornal e televisão, transmitir ao povo brasileiro uma mensagem daquilo que o MDB pretende.

No dia seguinte Ulisses Guimarães tinha o compromisso de tomar o avião de volta para São Paulo às 15,30 horas, porque sendo Professor catedrático da Universidade teria que presidir uma prova na segunda-feira, às 8 horas. Entretanto, restava a alternativa de tomar um avião e ir a Francisco Alves para marcar sua presença naquele Município, onde a 15 de novembro se realizam eleições municipais. Realmente, isso se deu. Como o tempo estava fechado em Francisco Alves, fechara a manhã toda conforme previsão meteorológica que foi fornecida pelo Departamento de Aeronáutica Civil de Londrina, verificamos isso e temos conhecimento próprio desses boletins, somente às 10,30 horas, viajando num avião da TAP, Transportes Aéreos Paraenses, foi que Ulisses Guimarães, acompanhado por este Deputado, mais ainda pelo Presidente do Diretório Municipal de Londrina, Osvaldo Macedo, pelo Líder Aldo Fagundes, pelo Deputado Fernando Lira e pelo Deputado Alencar Furtado, rumou para Francisco Alves. Diz a notícia que ninguém recebeu Ulisses Guimarães em Francisco Alves. Mas ocorreu o seguinte: Ulisses Guimarães deveria ir em outro avião, que devido ao mau tempo não pode voar. O avião que o levou e a nós todos conduziu, não podia descer no Aeroporto de Iporã pelas

péssimas condições do tempo. Mas, o MDB comprou as passagens num avião da TAP, não se servindo de expedientes políticos, aliás um excelente avião e o único que poderia descer no Aeroporto de Francisco Alves. Mas, o Aeroporto denominado "David Nassar", e que consta das relações autorizadas para o tráfego comercial, e, nós não podemos negar que, descendo mesmo do Aeroporto de propriedade de um dos patronos da candidatura arenista àquela Prefeitura, fossemos aí bem recebidos. Houve então necessidade de que os que estavam para receber Ulisses Guimarães, em Iporã, se deslocassem até Francisco Alves; nesse meio tempo, nós tivemos que nos socorrer de táxi e da gentileza daqueles que se encontravam no Aeroporto e na propriedade particular do Sr. Ibrahim Abud, para buscar as conduções necessárias.

Chovia torrencialmente e o Comício estava marcado para Rio Bonito, onde a Comitativa chegou juntamente com todos os elementos do nosso Diretório de Francisco Alves, aos quais nos juntamos na cidade onde os aguardamos, e, nos dirigimos a Francisco Alves onde, debaixo de chuva, o povo permaneceu nos recintos das casas comerciais, aplaudindo durante todo o tempo em que o Deputado Ulisses Guimarães fez o percurso em veículo coberto, debaixo de chuva, pela via principal e já em cima da hora para tomar o avião de volta. Num recinto fechado mas aberto à entrada do público, Ulisses Guimarães ainda pode deixar a sua mensagem, porque o povo ali se aglomerou, no saguão de um hotel, e, em meio ao povo ele pode falar e marcar a sua presença — presença que é quase identificada com um apostolado porque este homem tem pregado a democracia, levando ao povo brasileiro a esperança de que esta geração e as gerações mais velhas, todos os eleitores que hoje votam no Brasil possam escolher, muito breve, o seu Presidente da República e o seu Governador do Estado.

Nenhuma outra declaração que se pode atribuir a Ulisses Guimarães que não seja fruto de equívoco, da má informação e da deturpação.

Retornamos no avião que saiu até com meia-hora de atraso debaixo de torrencial chuva, para podermos chegar a Londrina a tempo de que Ulisses Guimarães tomasse o avião da carreira que o levaria a São Paulo; ficaram ainda em Francisco Alves, entretanto, para prosseguir na reunião política, os Deputados Alencar Furtado e Maurício Fruct, além de outras Comitativas dos arredores.

Portanto, esta foi a real passagem de Ulisses Guimarães pelo Paraná.

Fica nesta Casa a quem o assunto deva interessar, este registro, para que não passe sem o devido reparo uma meta que foge à verdade e que não diz da realidade e que porisso é injusto para com essa grande figura política brasileira, Ulisses Guimarães.

Desejamos por último abordar a declaração feita ao jornal "Diário do Paraná" de quatro de novembro de 1973 pelo eminente Deputado Luiz Roberto Soares na qualidade de líder da ARENA nesta Casa.

Preliminarmente, desejamos confessar o nosso constrangimento, pela ausência nesta data, do eminente Deputado que eu gostaria que aqui estivesse para que nos pudesse ouvir pessoalmente. Isso, pelo muito de admiração que temos por S. Exa. não só pelas razões de ética que cerca o assunto, por se tratar realmente de um dos ilustres membros com que conta esta Casa. Mas, o reparo que as palavras de S. Exa., com a devida vênia, merece de nós na qualidade de Presidente do Diretório Regional do MDB, não poderíamos retardar as observações que também queremos registrar nos Anais desta Casa. Tenho em mãos, e quero citar o primeiro exemplo que fundamenta esta minha contestação à entrevista do ilustre Deputado Luiz Roberto Soares.

Tenho em mãos o "Diário do Congresso" de 6.ª feira, dia 26 de outubro de 73, em que o Senador Franco Montoro no Senado da República, em discurso pronunciado, pedia a transcrição nos Anais do Senado Federal, do relatório sobre a imprensa do Brasil, apresentado à Assembléia Geral da Associação Inter-Americana da Imprensa pelo Diretor do jornal "Estado de São Paulo" e "Jornal da Tarde", jornalista Julio de Mesquita Neto, é este o trabalho que o MDB fez. Justamente no combate à censura é a principal resposta às afirmativas não judiciosas do eminente Líder quando diz:

"Carece o comportamento oposicionista de mais agressividade".

Não posso perceber bem se existe uma agressividade específica, aqui não caracterizada na sua entrevista a que fizesse menção o ilustre Deputado Luiz Roberto Soares. Mas quer me parecer que a luta pelo levantamento da censura na imprensa, não é uma conquista só da imprensa mas uma conquista de toda a democracia, que tem sido levada avante pelos Deputados do MDB.

Poderia haver de um modo geral maior agressividade do que esta? Nós realmente, quantitativamente, somos poucos; e concordamos quando o líder da Arena diz isso. Concordamos também quando S. Exa. diz como aqui está escrito, que à medida em que o MDB cresce, lucra a Democracia brasileira. Grande verdade esta afirmação de S. Exa. muito embora mal aplicada na frase, que é irônica. E nós não estamos em nosso País neste momento, quando se fala de vida política para ironias. Vivemos sob um regime de Leis, onde a Lei não é cumprida; onde as minorias muitas vezes não tem amparo contra a maioria; onde a Lei existe mas é a vontade do homem que determina. E a Lei, para que exista a República, que pode ser definida como a própria Lei em ação, onde não existe a Lei, em sua plenitude não existe República, juridicamente falando. Luta-se no País para se alcançar ainda verdadeiramente o estágio republicano. Por consequência, não será esse pronunciamento do ilustre Líder da Arena, que irá fazer o Movimento Democrático Brasileiro mudar as suas diretrizes que não são de improviso; não são obras do acaso; são medidas, são estudadas. E, nós entendemos, acima de tudo, que a Oposição deve existir não só porque não é Governo, mas principalmente porque ela deve ter um objetivo e deve participar de tudo aquilo que diga respeito à administração; porque ela também representa a minoria. Essa minoria sem a qual não existe verdadeiramente democracia.

O Sr. Iris Caldart — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Realmente, nobre Deputado, nessa altura dos acontecimentos, parece-me que o ilustre candidato Ulisses Guimarães, tem até uma certa razão em querer trocar a sua candidatura pela fazenda do Abud; porque nesta altura dos acontecimentos, quase que estou trocando meu mandato por uma fazenda bem menos que a fazenda do Abud.

Veja V. Exa. quando se reclama a agressão, estamos sendo agredidos, frontalmente agredidos; com notícias distorcidas, infamantes até; notícias que humilham uma força interior do homem patriótico que luta, que sofre, que se sujeita a todas as vicissitudes da vida para que esta Pátria reencontre o seu caminho, o caminho da verdade, o caminho da justiça, o caminho da igualdade, o caminho da democracia.

Os que lutam nesta Casa, entendendo o chamamento dos homens da situação, num estado desgraçado há já quase 4 anos; atendendo o chamamento dos homens do Governo, para que emprestemos o nosso apoio, o nosso civismo, o nosso amor paranaense, quando vemos na curia governamental, um homem do poder civil, na esperança de que a classe política se reencontre na consciência nacional e venha fazer com que esta mesma Pátria, este mesmo

Estado desperte para esta democracia. E aqui nós emprestamos até humildemente o nosso apoio, e muito mais, cumprindo a nossa sagrada missão de oposição, e trazendo nosso apoio às iniciativas cantadas e decantadas, sempre em forma de projeto, jamais em forma de execução e realidade ao chamamento do Governo do Estado. Não tive, nobre Deputado, o prazer e a felicidade de ver uma reivindicação de minha Região, do povo que sofre, que luta, que constrói riquezas, concretizada até a presente data. Não obstante mantemos aqui serenidade, tranquilidade, apoio e tem razão o nobre Deputado Luiz Roberto Soares quando diz que não somos agressivos. Parece então que os homens do Governo estão a exigir, a chamar a agressividade. Tem V. Exa. total e inteiro apoio nestas duas manifestações que faz nesta Casa e não sei, nobre Deputado, deste momento em diante qual seria a melhor atitude dos homens da Oposição. Talvez seja a de trocar o mandato por uma fazenda bem mais modesta que a do Abud.

O SR. MUGGIATI FILHO — Nobre Deputado Iris Caldart, V. Exa. é um dos eminentes advogados que o Oeste do Paraná mandou para esta Casa e analisa o problema de uma forma objetiva e realista.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência informa que resta apenas um minuto ao Deputado para terminar sua oração.

O SR. MUGGIATI FILHO — Irei concluir. Obrigado.

O que diz V. Exa. vem em reforço do que dissemos e agradeço a V. Exa. esta manifestação.

Apenas para concluir, Sr. Presidente, gostaríamos de dizer e frisar aquilo que repelimos, não pessoalmente porque nos consideramos o mais humilde membro desta Casa, mas quanto ao ataque feito à capacidade dos nossos companheiros de Bancada. Não aceito e, para repeli-lo citarei como exemplo que se acha registrado nesta Casa, a luta encetada pelo MDB, no início do Governo Haroldo Leon Peres por ocasião da reforma constitucional pretendida por um dos governantes mais corruptos que passaram pelo Estado do Paraná.

Aí fica o devido registro feito de modo apressado porque o tempo se escoou, mas se houver necessidade voltaremos a esta Tribuna. Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 31 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito a fineza de autorizar a chamada nominal, porquanto parece que não há quorum para votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e o Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

Responderam a chamada nominal 19 Srs. Deputados. Não há quorum para votação.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 194-72, de autoria do Dep. Borsari Neto, que inclui no artigo 129, da Lei n.º 6.174 de 16-11-70, o inciso que especifica. Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J. e C.F. — Encerrada a discussão.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 8-73, de autoria do Dep. Maurício Fruct, que declara de Utilidade Pública a Igreja Presbiteriana Independente de Curitiba, com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — Encerrada a discussão.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 112-73, de autoria do Dep. Antônio Belinati, que autoriza o Poder Executivo através da Secretaria de Educação e Cultura, padronizar uniformes usados nas escolas públicas da Rede Estadual de Ensino e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. com EMENDA SUBSTITUTIVA. — Encerrada a discussão.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 138-73, de autoria do Dep. Quilse C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Sociedade Filantrópica do Hospital Santo Antonio, com sede e foro na cidade de Bocaiuva do Sul. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Encerrada a discussão.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 162-73, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 67-73, encaminhando anteprojeto de lei que reconhece como de Utilidade Pública, a Associação dos Servidores Públicos do Paraná e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. com SUBSTITUTIVO, EM REGIME DE URGÊNCIA. — Encerrada a discussão.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 190-73, de autoria do Dep. Antônio F. F. da Costa, que autoriza o Poder Executivo alterar a forma de cobrança das mensalidades em atraso dos Serventuários da Justiça, junto a Carteira de Pensões do Instituto de Previdência do Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Encerrada a discussão.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 228-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 84-73, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva criar no Serviço Público Estadual, a categoria de Pessoal Suplementar e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., com EMENDAS, EM REGIME DE URGÊNCIA. — Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 216-72, de autoria do Dep. Domício Scaramella, ex-emenda ao Projeto de Lei n.º 195-72, que dá nova redação ao parágrafo 2.º do artigo 24 do projeto acima. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. c/ SUBSTITUTIVO. — Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 89-73, de autoria do Dep. Antônio Belinati, que autoriza o Poder Executivo abonar faltas de alunos dos Colégios e Escolas de Nível Superior do Estado, quando disputarem competições esportivas oficiais. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 144-73, de autoria do Dep. Roberto Soares, que dá nova redação ao parágrafo único do artigo 1.º, da Lei n.º 4.763, de 5-11-63 (Pensão viúva suplentes de Deputados). Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Encerrada a discussão.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 213-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 78-73, encaminhando anteprojeto de Lei da Proposta Orçamentária Plurianual de Investimentos da Administração Estadual, para o triênio 1974/1976. Com parecer da COMISSÃO DE ORÇAMENTO. — Encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Onildo Achi Castelli, ocorrido em União da Vitória. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Erminio Mozzer, ocorrido em Porto Vitória. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja incluído no plano de obras para 1974, o Projeto para a ligação do "Trevo atual da Rodovia BR-376 — PR-13 com a futura rodovia Maringá — Santo Inácio. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que seja determinada a construção de um viaduto no trecho onde se cruzam as Rodovias PR-13 e BR-376. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que haja por bem determinar realização de estudos visando a implantação de pavimentação asfáltica ligando a cidade de Campo Tenente a BR-116. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente à Fundação Universidade Estadual de Londrina e à Comissão Organizadora do 1.º Congresso Brasileiro de Criminologia, congratulando-se com os Drs. Ascêncio Garcia Lopes, Heber Soares Vargas e Eros Gradowski, pelo êxito alcançado do Conclave. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor do D.E.R., encarecendo a feitura de lombadas no trecho da estrada Antonina-Morretes. — Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 6, terça-feira, à Hora Regimental, com a mesma Ordem do Dia marcada para a Sessão de hoje, em fase de votação e mais

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 165-73 e 167-73. Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

ATA DA 9.a REUNIÃO ORDINÁRIA

3.a SESSÃO LEGISLATIVA — 7.a LEGISLATURA

Aos cinco dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e setenta e três, reuniu-se a Comissão de Saúde Pública, na Sala das Comissões, com a presença dos Senhores Deputados: Aryzone M. Araujo, Domicio Scaramella, Ovidio Franzoni, Xenofonte Villanueva Wilson Brandão. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, sendo aprovada a Ata da Sessão anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foi relatado o seguinte Projeto de Lei: PROJETO DE LEI N.º 221-73 — Autoria do Senhor Deputado Xenofonte Villanueva — Institui gratificação especial de 40% sobre os respectivos vencimentos, aos servidores que operam com Raio "X" e substâncias radioativas. Relator: Deputado Domicio Scaramella. Parecer favorável. — Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrado os Trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu secretária Elza C. Camargo, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, a fim de que produza os efeitos legais.

aa) Aryzone Mendes de Araujo — Presidente
Elza Carneiro Camargo — Secretária